

# FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★ ★

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.  
Al. Barão de Limeira, 425, Campos Elísios, CEP 01202-900, São Paulo, SP

**Presidente:** LUIZ FRIAS  
**Diretor Editorial:** OTAVIO FRIAS FILHO  
**Superintendentes:** ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MEUNES E JUDITH BRITO  
**Editora executiva:** ELIZABETH DE LUCENA  
**Conselho Editorial:** ROGERIO CÍZAR DE CARQUEIRA LEITE, MARCELO COLLIQ, JAMBO DE FREITAS, GILBERTO DRUMMOND, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HÉITOR CORTI, CÉSIO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MEUNES, LUIZ FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (secretário)  
**Diretoria executiva:** ANTONIO CARLOS DE MOURA (comércio), ADALBERTO FERNANDES (industrial/tecnologia), MURILLO BUSTAM (circulação), MARCELO MACHADO GONÇALVES (financeiro) E MIGUEL LONGO JUNIOR (planejamento)

## Editoriais

editoriais@uol.com.br

## Ajuste de contas

**Com taxa sobre bancos e inquérito no Congresso, EUA se põem a identificar causas e responsabilizar atores da crise financeira**

DESDE quarta-feira está em marcha nos EUA, com o propósito de apurar as causas da debacle econômica deflagrada em setembro de 2008, a chamada Comissão de Inquérito sobre a Crise Financeira. A iniciativa insere-se na elogiável tradição do Congresso americano de investigar em profundidade temas de grande repercussão nacional.

Com o poder especial de ordenar a apresentação de documentos e testemunhas, esta comissão tem a peculiaridade de ser inteiramente composta por pessoas de fora do Congresso e do governo. A maioria dos dez membros tem passagem pelo mundo dos negócios, seja em grandes empresas, seja no mercado financeiro, seja em órgãos públicos de regulação ou assessoria.

A estreia das audiências da comissão despertaria naturalmente a atenção do público, até porque a economia local parece longe de recuperar-se da queda. Para a sessão inaugural foram convocados dirigentes de quatro dos principais bancos do país — so corridos pelo governo —, no momento em que o setor bancário está prestes a divulgar lucros extraordinários no final de 2009, além da volta dos bônus milionários para seus executivos.

Não é de estranhar, nesse contexto, o retorno da indignação, na opinião pública, contra aque-

les que, no auge da crise, eram chamados de “os gatos gordos de Wall Street”.

Tampouco surpreende que o Congresso dos EUA seja a caixa de ressonância dessa insatisfação — falou-se em proibir o pagamento de bônus ou em taxar violentamente a prática, como fez o governo britânico. Em novembro, os eleitores renovarão os mandatos de toda a Câmara, bem como os de 36% do Senado. Bancários refestelando-se após a ajuda oficial, enquanto o desemprego campeia no país, serão um tema quente na campanha.

Demonstrações de cinismo e insensibilidade dos banqueiros ouvidos na comissão colocam lenha na fogueira. Um deles disse que precisava pagar bônus milionários a executivos porque assim é a vida, e a concorrência, em Wall Street. Outro pôs-se a dar lições sobre “o mercado” ao presidente da comissão. Um terceiro afirmou que taxar bancos, a fim de compensar o estrago dos resgates nas contas públicas, iria na verdade prejudicar a cidadania.

O presidente Barack Obama, instado pelo clima político a tomar medidas contra o setor financeiro, anunciou ontem um novo imposto sobre os bancos. Cerca de 50 das maiores instituições do país recolherão aos cofres públicos, durante uma década, US\$ 90 bilhões — a título de compensar os contribuintes pelo crédito de US\$ 700 bilhões posto à disposição dos bancos, programa que registra prejuízo, para o erário, de quase US\$ 120 bilhões.

Os Estados Unidos, na política e na economia, começam a fazer o ajuste de contas com os responsáveis pela crise.

## Ameaça dos reservatórios

AS GRAVES transtornos cotidianos provocados pela chuva intensa dos últimos meses — e às tragédias associadas ao deslizamento de encostas — se soma agora nova ameaça, resultado do efeito cumulativo de altos índices pluviométricos.

O sistema Cantareira, responsável por reter água em seis grandes represas e abastecer 8,8 milhões de moradores da Grande São Paulo, pode transbordar.

O volume armazenado nos reservatórios atingiu 97% da capacidade. Não há estimativas acerca de quantas pessoas podem ser afetadas, caso a água ultrapasse o limite máximo, mas mapas de monitoramento da Sabesp revelam uma situação de risco em sete cidades do interior do Estado e da região metropolitana.

O governo estadual monitora a situação e anuncia já dispor de um plano de emergência para evacuar áreas atingidas. “Estamos em alerta 24 horas; apesar de ser possível avisar as cidades antes, o risco material será inevitável”, afirma Hélio Luiz Castro, superintendente da Sabesp.

O esforço emergencial é louvável, mas a situação atual revela falhas anteriores da administração pública.

As consequências da falta de controle na ocupação de áreas de encosta e regiões de várzea ficaram evidentes com o alagamento recente de bairros inteiros no extremo leste da cidade de São Paulo. Construções irregulares, entretanto, não são promovidas apenas pelos mais pobres. Desta vez, o democrático descaso das autoridades ameaça indústrias, estradas e até um condomínio de luxo, construído às margens do rio Atibainha, que dá nome a uma das represas do Cantareira.

Desde 1973, quando o sistema de abastecimento ficou pronto, por duas vezes, uma em 1985, outra em 1999, a água passou por cima de barragens e alagou margens de rios que deram vazão ao volume excedente. O fato de a ocorrência do fenômeno ultrapassar uma década não é justificativa para a falta de rigor do poder público em impor limites à construção em áreas de risco.



## FERNANDO DE BARROS E SILVA A verdade da comissão

SÃO PAULO - O ministro Paulo Vannuchi, dos Direitos Humanos, considerou a solução satisfatória e não vê, por ora, razão para pegar o chapéu e se retirar do governo, como havia ameaçado. Já o ministro Nelson Jobim, da Defesa, pôde estufar o peito e cantar de galo junto aos militares — afinal, a expressão “no contexto da repressão política” sumiu do novo decreto. O texto agora prevê o “exame” (e não mais a “apuração e o esclarecimento público”) de violações aos direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988, e não só durante o regime militar.

Todos comemoram. Mas, afinal, quem perdeu? O decreto de Lula dedica ao problema tratamento lacônico e impreciso, de forma que ambos os lados possam sair com a sensação de que foram contemplados. Com a pena da conciliação, o presidente esperava apurar um novo capítulo da empulhagem legislativa, de longa tradição no país. Decide-se no papel para não resolver de fato.

Nem conto célebre de Machado de Assis, o pai orienta o filho como ter sucesso na vida. Ao discursar em

público, diz ele, ocupe-se dos “negócios múldos” ou da “metafísica política”. A mensagem, cheia de ironia, é clara: para ter êxito, seja frívolo ou grave, mas nunca vá ao ponto.

Com esse decreto de Lula — misto de “negócios múldos” e “metafísica política” —, Vannuchi pode até fingir que saiu vitorioso. Afinal, o presidente instalou o grupo de trabalho que deve encaminhar ao Congresso até abril o projeto que cria a Comissão da Verdade. Mas quem acredita nisso? Ainda parece a alguém que Lula deseja ir ao ponto?

Há ainda no país 140 vítimas da ditadura “desaparecidas”, a maioria delas mortas na guerrilha do Araguaia. Quando o Estado brasileiro, que desde 1995, com Fernando Henrique Cardoso, assumiu a responsabilidade pelos assassinatos, vai dar uma satisfação às famílias?

E quando serão abertos os arquivos dos centros de informação militares (CIE, Cenimar e Cisa), considerados os mais importantes para conhecer o período? Qual será a verdade (ou farsa) dessa comissão?

## ELIANE CANTANHÊDE O plano Fênix

BRASÍLIA - O terremoto no Haiti criou uma pausa, mas não soterrou as críticas e pressões para novas mudanças no 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, depois das que Jobim (Defesa) já conseguiu para os militares. O primeiro na fila é Reinhold Stephanes (Agricultura), mas a igreja e as entidades de comunicação estão esperando a poeira baixar em Porto Príncipe para agir em Brasília.

Cada um desses setores tem discordâncias específicas, pontuais, mas elas vocalizam duas reclamações comuns a todos: a de que o plano “ressuscitou” questões que já estavam feitas de que debatidas e resolvidas dentro do próprio governo e a de que só foram contempladas as contribuições e ideias da turma e dos setores mais à esquerda, como Meio Ambiente. O resto foi para as gavetas, ou para o lixo.

É para remexer o lixo que os descontentes estão a postos. A questão do aborto, por exemplo, já foi mais do que debatida no governo, com o próprio Lula dando a posição oficial: apoio ao aborto só quando en-

tre-lado a questões de saúde. A “autonomia da mulher para decidir” (que eu apoio) é coisa da Secretaria da Mulher, não do Planalto. Mas está lá no plano.

As precauções em relação aos transgênicos também foram mais do que debatidas nesses anos, com a decisão de delegar decisões à CTNBio (comissão de biossegurança) e a possibilidade de recurso a um conselho de ministros coordenado por Dilma Rousseff. Mas tudo isso foi desconsiderado, o que está lá no plano como donos do assunto são o Meio Ambiente e a Saúde, por exemplo. A Agricultura? O gato comeu.

O plano, portanto, serviu para ressuscitar várias questões em que a esquerda foi derrotada no governo, servindo como revanche, ou terceiro turno, para cada uma.

Jobim resolveu a parte dele, e Lula foi, digamos, salvo pela tragédia haitiana. Mas “a luta continua”. Desta vez, do outro lado.

eliane@uol.com.br

## RUY CASTRO Rei Zulu

RIO DE JANEIRO - Não há criança da década de 1950 que não tenha brincado o Carnaval ao som de “O Rei Zulu”, a marchinha de Antônio Nassura e Antônio Almeida lançada por Bileute no Carnaval daquele ano. Discreta, sem nunca estourar, ela continuou tocada nos salões pelos anos seguintes e falava de um personagem que todo mundo parecia invejar.

“Rei Zulu-u, o Rei Zulu/ Não paga casa, nem comida e anda nu/ Pode não ter dinheiro pra gastar/ Mas tem mulher pra chucha/ [Bis]/ Rei Zulu não precisa/ De dinheiro pra viver/ Tem casa pra morar/ Comida pra comer/ Mulher pra namorar/ Atrás do murundú/ Vamos sarar, minha gente/ Salve o Rei Zulu!” E daí-lhe de mais bis.

No tempo do apartheid, os zulus, como todas as tribos nativas da África do Sul, passaram ao diabo. Mas só podíamos imaginar, porque, sob o regime branco, o mundo sabia pouco sobre eles. Hoje temos mais informações. Com seus 10 milhões

de cidadãos, são o maior grupo étnico da África do Sul. Vestem-se como uma ala de escola de samba e não largam mão de certos hábitos seculares e selvagens. Um, mais conhecido, é a circuncisão de mulheres. Outro, cometido de novo há pouco, é o sacrifício do touro.

Este consiste em soltar um touro no cercado e deixar que 40 guerreiros o matem com as próprias mãos, praticando atrocidades cuja descrição em detalhes estragaria o dia de leitor. Basta dizer que, durante horas, o martírio do touro é pior que o das touradas, da ferra do boi ou dos rodícios. A ideia é a de que “a força da besta se transmite aos guerreiros e, destes, ao rei”.

Mesmos os zulus esclarecidos hesitam em lutar contra essa tradição. Temem que, se algo grave acontecer ao rei, será porque a força do touro “não se transferiu” para ele. O “Rei Zulu” do Bileute nunca precisou disso e era um homem realizado e feliz.

JOSÉ SARNEY

## O scanner corporal

A UNIÃO EUROPEIA já decidiu, e alguns aeroportos, como o de Amsterdã, já instalaram os seus scanners antiterror, que, no frígido dos ovos, são o big brother mais potente que se podia imaginar, pois podem tirar a roupa de todo mundo, num mundo que já não tem muita roupa.

Tudo surgiu quando um terrorista nigeriano burlou todas as formas de vigilância e quase explodiu um avião da Northwest Airlines que voava para Detroit na noite de Natal. A solução foi obrigar todos os passageiros no futuro a passar por scanners, que, se têm a vantagem de evitar essa apalação a que nos submetem os vigilantes aeroportuários, nos despem logo.

A grande discussão que hoje preocupa a liberdade individual é como manter os direitos de privacidade num mundo em que a tecnologia tudo invade e torna esses direitos inexistentes, acabando com os direitos humanos.

Fora do mundo, no Brasil abre-se um grande debate sobre as diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos e propõe-se até mapear em que momento da história não foram cumpridos, para punição dos responsáveis. Lembro-me de que, quando os ossos de dom Pedro I vieram para o Brasil e percorreram todas as capitais do país, em Recife não quiseram recebê-lo, pois ele fora o repressor da Confederação do Equador e quem mandara enforcar o Frei Caneca.

Enquanto discute-se isso, os operadores de controle alfandegário podem tirar as nossas roupas e verificar o que temos demais e de menos.

A eficiência das máquinas é tão grande que o senhor James Scheer, encarregado do aeroporto de Baltimore, diz que “as máquinas são tão precisas que olham através da roupa e podem captar não só o gênero do passageiro, mas até a gota de suor na nuca do viajante”. Outro expert mais claro, do “Los Angeles Times”, fala, em vez de gênero, em “genitalia”.

Mas as coisas não são tão tranquilas. Os judeus ultraortodoxos, por exemplo, invocam motivos religiosos para resistir a essas máquinas, pois as leis do Tzniut (a modestia) na Torá, no Levítico (18-9-17), interpretadas pelo Centro Rabínico da Europa, alertam que as mulheres judias não podem se mostrar “acima do joelho e abaixo do pescoço”. Já outros mais, por motivos mais que justos, não pensam tanto nos homens, mas não admitem que suas esposas, filhas e mães sejam bisbilhotadas pela polícia.

Ora, aqui no Brasil, onde o segredo de Justiça só existe para os que são acusados, o que não valerá passar para a mídia todo segredo da Gisela Bündchen, com direito a Photoshop? Então, os nossos ministros Vannuchi e Jobim estão como a UDN dos meus tempos de jovem: discutindo o sexo dos anjos.

jose-sarney@uol.com.br

JOSÉ SARNEY escreve às sextas-feiras na coluna.

## FRASES

**PROTAGONISTA**  
**Ao fortalecer os laços que ligam a comunidade, podemos encontrar soluções para graves problemas que afetam as famílias pobres. A sociedade organizada pode ser protagonista de sua transformação**

**ZULDAARIS**  
em trecho de discurso proferido no Haiti na terça-feira, ontem na Folha.

**MOBILIZAÇÃO**  
**O país não tem condição de responder a esse desafio. Se não houver mobilização internacional, haverá centenas de milhares de vítimas**

**RICARDO SEITENFUS**  
chefe de escritório da OEA no Haiti, ontem na Folha.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.